NOTAS SOBRE A ECONOMIA BRASILEIRA DESDE A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA ATÉ OS NOSSOS DIAS

*Eugenio Gudin**

1. O café. 2. A industrialização de pós-guerra, substitutiva das importações. 3. Inflação de pós-guerra. 4. Nacionalização. 5. A redenção da indústria nacional e as exportações.

Permita o leitor uma palavra de explicação para o fato de eu escrever um esboço tão superficial e tão perfunctório sobre a história econômica e financeira do Brasil, no período que data da Proclamação da República e chega até quase os nossos dias.

O fato explica-se: a) pela insistência dos companheiros do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (IBRE) para que, como um dos fundadores da instituição e da Revista, eu não deixasse de dar uma colaboração, por pequena que fosse, aos festejos do Sesquicentenário; b) pelo fato de ter eu nascido ainda ao tempo do Império e ter tido a vivência da era em apreço, em condições favoráveis para acompanhá-la; c) por que me pareceu interessante a tarefa de fixar e explicar os acontecimentos, do período em função, do quadro geral da evolução da teoria econômica.

Os progressos realizados desde o início do século na Física, na Medicina e na Economia, para só mencionar essas três ciências, foram descomunais. A Física de hoje, com a teoria dos quanta, a teoria atômica e a relatividade, é, pode-se dizer, uma ciência nova em relação à que existia quando em 1901 eu cursava a cadeira de Física na então Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Um ilustre professor daquele tempo, se hoje participasse de um

* Da FGV.

seminário de Física, não entenderia o que dissessem os físicos atualizados na matéria. O quadro da Medicina e da Cirurgia dos primeiros anos do século, com uma farmacopéia tão extensa quanto ridícula, uma cirurgia da mais precária assepsia, sem laboratórios de análises nem radiografia, nem sulfas e antibióticos, comparado com o estado atual da ciência, tornaria aquela fase irreconhecível.

Assim também na Economia, se bem que em menor grau, pode-se dizer que até os anos 30, da Grande Depressão e das idéias de Keynes, a Macroeconomia limitava-se ao estudo dos fenômenos monetários. Os problemas do desenvolvimento econômico, do produto nacional bruto, do emprego constituem uma nova linguagem que só começou a ser falada de 1940 em diante.

É dentro desse quadro que se deve apreciar a história econômica e financeira do Brasil, desde o princípio da República, e mesmo durante o Império, até os dias que correm.

O Império tomava a Inglaterra como modelo, não só no setor político, de regime parlamentar e de bipartidarismo, dentro da moral vitoriana, como no setor econômico ao tempo em que o regime do padrão-ouro, (que havia sido criado pela Lei Peel em 1844), limitava-se à Inglaterra.

Tentamos copiar o sistema inglês sem bem atentar para o fato de que a conversibilidade inglesa só funcionava quando não era necessária, isto é, quando não havia pressão para troca de notas por ouro.

No regime inglês, qualquer emissão de notas deveria ser garantida com 100% de ouro depositado no Departamento de Emissão, obrigando-se o banco a converter suas notas em ouro e à vista. A reserva do Departamento Bancário do Banco da Inglaterra era constituída pelas notas emitidas por aquele Departamento. Mas, a lei não previa a formidável expansão que iam tomar o comércio e a indústria nem, portanto, a enormidade do lastro-ouro necessário para as notas a emitir a fim de atender ao volume das transações.

Encontrou-se porém um meio simples de contornar à lei graças à instituição do cheque, que já anteriormente vinha-se desenvolvendo. Os pagamentos passavam a ser feitos por simples ordens de pagamento escritas e sacadas pelos clientes dos bancos contra seus depósitos. O Ato de 1844 não continha qualquer limitação relativa aos cheques, meio de pagamento muito mais cômodo do que as notas, a não ser para despesas miúdas. As notas passaram assim a representar um papel cada vez menor no sistema monetário do país.

Era o regime da "pirâmide invertida", com uma base mínima de ouro sustentando um tronco de pirâmide muito maior de notas e, por cima deste, outro, ainda maior, de moeda bancária.

Por três vezes, nas crises de 1847, 1857 e 1866, recorreu-se à suspensão da Lei Peel sendo o banco autorizado a exceder o limite da emissão fiduciária. Assim também ao deflagrar a I Guerra Mundial, em 1914, foi suspensa a conversibilidade e feitas emissões de notas fiduciárias de £ 1 e de 10 shillings.

O que é curioso, e característico dos países anglo-saxônicos, é que a legislação não foi alterada para atender esses casos de emergência. O artifício da suspensão da lei nessa ocasião foi considerado como solução natural.

Mas, no Brasil, quando copiávamos o sistema da moeda conversível em ouro, esquecíamos de dois fatos capitais: a) de que no sistema inglês, o instrumento monetário não eram as notas e muito menos o ouro (a não ser para pequenas transações) e sim o CHEQUE; b) de que em caso de crise, a conversibilidade era suspensa.

No Império, como na chamada Primeira República, a *origem de todos os nossos males econômicos era atribuída ao papel-moeda e à sua inconversibilidade.* Em 1824, já o papel-moeda incomodava o Governo, tendo-se contraído um empréstimo externo de quatro milhões de esterlinos para sua conversão. Em 1830, dizia o Ministro da Fazenda, Visconde de Barbacena: "O fatal inimigo que devemos combater e que uma vez vencido todos os outros desaparecerão é o papel-moeda." Em 1832, Bernardo Pereira de Vasconcellos, Ministro da Fazenda, referindo-se à nossa circulação monetária dizia: "Cada dia que retardarmos o remédio desse mal, aprofunda-se o abismo que vai engolindo a fortuna pública e os meios de acudir aos seus problemas."

Em 1846, alterou-se o padrão monetário baixando o câmbio-par a 27 dinheiros, em vez de 43 dinheiros, por mil-réis. Em 1857, Rodrigues Torres, propunha ao Parlamento "o resgate gradual de papel-moeda".

Em 1889, ao proclamar-se a República o câmbio estava acima do par e existia um banco (Banco Nacional do Brasil, presidido pelo Conde de Figueiredo), solidamente constituído de lastro metálico, emitindo notas conversíveis à vista e ao portador. Não podia portanto ser mais lisonjeira a situação financeira do país ao se inaugurar o regime republicano.

Com a República, assumiu o Ministério da Fazenda o Conselheiro Rui Barbosa, tendo-se a 17 de janeiro de 1890, "data fatídica", baixado o Decreto nº 164 determinando a criação de bancos regionais com emissões baseadas sobre apólices, calculadas em 450 mil contos de réis, os quais, adicionados aos 192 mil contos, então em circulação, perfaziam 642 mil contos de réis. O papel-moeda em circulação passou a expandir-se da seguinte forma:

1889 — novembro 15 —	192 mil contos
1890	297 " "
1891	513 " "
1892	561 " "
1893	631 " "
1894	712 " "
1895	678 " "
1896	711 " "
1897	720 " "
1898	785 " "

No período Rui Barbosa, 1889/91, o papel-moeda em circulação muito mais do que duplicou.

Em discurso pronunciado em 25 de outubro de 1892 dizia o Senador Leopoldo de Bulhões, um dos mais esclarecidos financistas brasileiros e grande amigo pessoal de Rui Barbosa:

"Os bancos, fazendo emissões desordenadas, à sombra dos decretos que lhes garantiam o curso forçado, fomentavam o jogo na praça, de modo

assustador sem exemplo na nossa História. Fizeram cair o câmbio, depreciaram o meio circulante, perturbaram todas as relações, levaram o desassossego e o sobressalto a todas as classes pelo encarecimento da vida, fizeram, enfim, com que a inundação fosse geral, abalasse tudo ameaçando hoje atingir os terrenos dos edifícios sociais. Estas emissões, Sr. Presidente, tresloucadas e até criminosas, perturbam profundamente a circulação do país...

No interior já começam a sofrer desconto os bilhetes de bancos em relação ao papel do Estado... as moedas subsidiárias níquel e prata desapareceram e o vácuo por elas deixado na circulação vai sendo preenchido pelos vales estampados das casas de negócios."

Joaquim Murtinho na introdução ao seu relatório relativo ao ano de 1901 escrevia:

"A taxa cambial havia descido a 5,5/8, os títulos de 1889 cotavam-se a 42,5, os descontos quase foram suspensos, as falências se multiplicavam..."

Foi a época chamada do Encilhamento em que a enorme pletora de dinheiro novo canalizava-se para a Bolsa a comprar ações de um sem-número de empresas sem qualquer base econômica, as quais subiam consideravelmente da noite para o dia até... a derrocada.

Seja dito que nem todas as emissões no período 1889/1893 foram do Ministro Rui Barbosa. Serzedelo Correia e Felisberto Freire, que sucederam a Rui, prosseguiram no regime fatídico do Decreto de 17 de janeiro de 1890. Diga-se também, em defesa parcial de Rui Barbosa, que em algumas frases de seus escritos da época vislumbrava-se vagamente a noção de que o objetivo da moeda não devia consistir na troca pelo metal e sim na necessidade das transações econômicas do país... Apenas Rui superestimou desastradamente essas necessidades. Donde a desastrosa inflação.

O caso de Rui faz lembrar o de John Law, impressionado que foi pela prosperidade holandesa com seu grande comércio e sua abundância de numerário. Law dizia:

"O que constitui a pujança e a riqueza de uma nação é uma população numerosa, armazéns de mercadorias estrangeiras e nacionais. Os objetos dependem do comércio e o comércio depende do numerário. Assim para sermos ricos relativamente às outras nações, deveremos dispor de numerário na mesma proporção, pois sem numerário, as melhores leis não dariam empregos aos indivíduos etc." (!!)

No quatriênio Prudente de Moraes, avassalado pelos problemas políticos e pelas conseqüências da Guerra Civil de 1893/94, pouco se pôde fazer para melhoria da situação. Contudo o alto critério de Ministros da Fazenda como Rodrigues Alves e Bernardino de Campos, permitiu que, apesar de todas as dificuldades, a situação não piorasse.

Coube a Joaquim Murtinho, Ministro da Fazenda do Govêrno Campos Salles, em 1898, a obra hercúlea da restauração das finanças nacionais. Murtinho tratou de cortar as despesas e de obter o equilíbrio orçamentário, reduzindo durante a sua gestão a circulação fiduciária da importância de 115 mil contos, que foram gradativamente incinerados nas fornalhas da alfândega. Foi suspenso o serviço da dívida externa cujo pagamento passou a ser feito em títulos chamados de *funding loan.*

Na filosofia de Murtinho a expressão da prosperidade nacional era a elevação da taxa cambial. O mal em sua opinião estava no "empobrecimento da circulação monetária". A valorização da moeda importava no aumento da riqueza nacional. Em seu relatório referente ao ano de 1901, escrevia o grande Ministro:

"Assim em 1898 para pagarmos os juros de nossa dívida externa no valor de £ 1.549.249, precisávamos, com o câmbio a 6, de 61.969.960 mil réis; em 1901 para os juros da dívida de £ 1.903.316, mesmo com o câmbio a 10, só precisamos de 45.680.304 mil réis, o que dá uma diferença a nosso favor de 16.289.656 mil réis."

Dizia ainda Murtinho:

"Ao câmbio de 7 a nossa circulação de 708 mil réis valia 19.700 mil esterlinos; ao câmbio de 10 os 703 mil contos de circulação útil já valiam 29.290 mil esterlinos... Esses milhões de esterlinos com que enriquecemos a circulação do país é que nos permitirão mais tarde fazer navios e estradas de ferro."

Murtinho construiu uma fórmula de sua autoria, segundo a qual a taxa de câmbio, podia ser determinada dividindo-se o valor da exportação pela moeda em circulação, teoria que provocou o protesto do ilustre Professor Vieira Souto, dizendo que a taxa de câmbio resulta da procura e da oferta de divisas e não de qualquer equação.

Ao passar o governo a Rodrigues Alves, seu sucessor, Campos Salles entregava-lhe um país com equilíbrio orçamentário, com câmbio a 12 dinheiros e com o crédito no exterior restabelecido.

Em 1906, o Ministro da Fazenda David Campista, do Governo Affonso Penna (1906/9), criou uma caixa de conversão especialmente destinada a receber moeda-ouro de curso legal, entregando em troca cédulas ao portador pelo valor de 15 dinheiros esterlinos por mil-réis. As emissões da Caixa de Conversão deveriam cessar quando atingissem o correspondente a 20 milhões de esterlinos. Era uma forma de procurar estabilizar o valor do mil-réis em 15 dinheiros. O fundo para garantia estabelecido por Murtinho em 1899 foi transferido para a Caixa. De acordo com o sistema, uma vez que o limite de emissão da Caixa se esgotasse prevaleceriam novamente as taxas livres do mercado. O que restava da Caixa de Conversão foi destruído na precária administração financeira do Governo Hermes da Fonseca.

Em 1923, realizou-se na Alemanha uma reforma monetária que devia ter servido de lição definitiva para todos os países. O marco alemão que se vinha desvalorizando catastroficamente desde os últimos anos da I Guerra foi substituído por uma nova moeda denominada *rentenmark,* inteiramente desprovida de qualquer lastro. O *rentenmark* funcionou perfeitamente porque como escreveu B. Turroni:

"O valor do marco não depende da cobertura metálica e sim da quantidade de marcos em circulação",

citando a frase de Ricardo:

"Nada há de mais importante em matéria de emissão de papel-moeda do que manter sempre atento ao princípio da limitação de sua quantidade."

O *rentenmark* não teve entretanto a virtude de convencer o mundo inteiro destes princípios em que se baseou. Lembro-me de um número

da *Revue de Paris* de 1926, em que um destacado representante do Banco de França ironizava o *rentenmark* perguntando qual o lastro em que ele se baseava. Ao que os alemães respondiam, com a mesma inconseqüência, que o lastro consistia na indústria e na lavoura da Alemanha.

Nesse mesmo ano de 1923, no Governo Arthur Bernardes-Sampaio Vidal, foi feita nova tentativa de lastrear a moeda nacional mediante contrato lavrado entre o Tesouro Nacional e o Banco do Brasil, segundo o qual este último obrigava-se a resgatar todo o papel-moeda em circulação na importância de 1.856 mil contos. O banco deveria entregar à Caixa de Amortização, para serem incineradas, as notas do Tesouro levadas à conta do Fundo de Resgate. Quando o câmbio excedesse de 12 dinheiros por mil-réis, as quantias levadas ao Fundo de Resgate seriam aplicadas na compra de ouro, o qual seria incorporado ao patrimônio do Banco *para servir de lastro de emissão das notas do Banco.*

As notas do Banco do Brasil seriam lastreadas pelo ouro à taxa de 12 dinheiros por mil-réis, na razão de 1/3, consistindo os outros 2/3 em títulos de créditos comerciais de primeira ordem.

As vicissitudes políticas do Governo Bernardes fizeram com que a taxa cambial caísse bastante abaixo dos almejados 12 dinheiros por mil-réis e assim acabou o esquema de resgate e emissão das moedas lastreadas.

A 18 de dezembro de 1926, baixou o Governo Washington Luiz um decreto determinando que

"todo o papel-moeda atualmente em circulação na importância de 2.569 mil contos será convertido em ouro na base de 200 miligramas por mil-réis."

Isso correspondia a um câmbio de 6 dinheiros por mil-réis e o Governo Washington Luiz foi fortemente combatido por ter estabilizado o *câmbio à taxa vil de 6 dinheiros.*

O início da Grande Depressão, que começou em 1929 nos Estados Unidos e se propagou ao mundo inteiro, varreu o mil-réis do Dr. Washington Luiz, como varreu a libra esterlina em setembro de 1931 e o dólar em 1934.

1. O café

Até o advento da Grande Depressão e o fim da Primeira República, a economia brasileira era uma economia de país pobre. Os principais fatores dessa pobreza eram: a) um povo com quase 50% de analfabetos, isto é, um elemento humano, em média, de muito baixo teor; b) na maior parte do país um clima tropical, pouco convidativo ao trabalho e infestado de várias endemias, como a febre amarela (até 1904), a malária (hoje sob controle em quase todas as regiões do País, exceto na Amazônia) e a esquistossomose; c) grande área de regiões montanhosas pouco propícias à agricultura, com uma cordilheira paralela ao litoral, em dois degraus, o da serra do Mar e, sobre esta, o da serra da Mantiqueira e suas ramificações. A linha Centro da Central do Brasil passa na cota de 1.100 metros de altitude na garganta de João Aires, antes de atingir Belo Horizonte.

Estas circunstâncias, sobretudo a incapacidade do elemento humano, afastavam a colaboração do capital estrangeiro, até o Governo Rodrigues Alves (1902/1906), quando se conseguiu implantar a ordem financeira e extinguir a febre amarela.

O elemento positivo dessa economia não foi o açúcar, nem a borracha, nem o algodão, nem o ouro. Foi o café que já ao tempo do Império fez a riqueza do Estado do Rio de Janeiro. Foi a fase da criação de lavouras com o braço escravo.

Desde o princípio da República porém, as grandes lavouras de café passaram para São Paulo, depois de terem esgotado as terras do Estado do Rio.

São Paulo é um estado privilegiado pela natureza, primeiro porque ali acaba a serra da Mantiqueira; a partir do planalto da serra do Mar, os rios (Bacia da Prata) correm para dentro facilitando a penetração do homem, em vez de dificultá-la, como no caso da serra da Mantiqueira; segundo, porque em grandes extensões suas terras (terras roxas) são de grande fertilidade e profundidade (as terras do Norte do estado do Paraná entre o Paranapanema e o Ivaí são das melhores do mundo); terceiro, porque o clima do planalto é ameno para a imigração européia; quarto, porque sua topografia é, predominantemente, plana ou ondulada.

A riqueza do produto "café" consiste não só em suas qualidades de sabor apreciadas no mundo inteiro, como, especialmente, no fato de "não ser uma mercadoria perecível", o que permite armazená-lo e regular as quantidades exportadas, mal grado a irregularidade do volume das safras.

Foi esse fato, da não-perecibilidade do café, que permitiu não só regular em 12 meses a saída do produto de uma safra colhida em três, como a realização dos esquemas chamados de "valorização" do café, isto é, de sua retenção para evitar a queda dos preços no mercado internacional.

Ao tempo de minha mocidade, o café era o sustentáculo da economia do Brasil. Os bancos do Rio de Janeiro aguardavam pela manhã as cotações do café no mercado de Nova Iorque para fixar suas taxas de compra e venda de câmbio. Foi o café que construiu a maior parte da rede ferroviária de São Paulo e que serviu de base para a primeira fase da industrialização do estado.

Em estudo publicado em 1933/34, sob o título *Câmbio e café,* eu mostrava como as curvas do preço-ouro do café e do preço-ouro do mil-réis tendiam ao paralelismo.

O café não teve sempre uma vida agrícola tranqüila. Foi vítima durante bom número de anos de uma praga muito danosa chamada "broca" e está agora experimentando a segunda que é um fungo, importado da África, chamado ferrugem, pela sua cor.

Menos tranqüila ainda foi sua vida financeira. Foi em 1906 que o governo de São Paulo (Governador Jorge Tibyriçá) promoveu, sem o apoio do Governo federal (Governo Rodrigues Alves), a primeira "valorização" sustentada por empréstimo externo contraído pelo estado. Outros esquemas da mesma natureza foram realizados, dos quais um no Governo Epitácio Pessoa (1921) e outro em 1926, também contra a vontade do Governo federal (Presidente Washington Luiz).

A questão da valorização do café foi sempre muito discutida. De um lado ela tinha a grande virtude de impedir a baixa excessiva dos preços e de evitar as manobras especulativas pelos compradores estrangeiros; de outro, tinha o grave defeito de incentivar as plantações de café em outros países, especialmente na África. O Brasil, que chegou a suprir 70% do

consumo mundial de café, tem hoje seu suprimento reduzido a menos da metade dessa porcentagem.

A Grande Depressão, do fim dos anos 20 e começo dos 30, fez cair as cotações do café (Santos tipo 4) das alturas de 23 cents a libra-peso em 1928 para pouco mais de 7 cents em 1932.

Foi nessas circunstâncias que o Governo brasileiro (Getulio Vargas) foi obrigado a recorrer a uma suspensão parcial do serviço da dívida externa (esquema Oswaldo Aranha). O então Ministro da Fazenda, o saudoso e íntegro Dr. José Maria Whitaker, raspou os últimos recursos do Tesouro para evitar essa quase-falência. Mas, a verdade é que os Estados Unidos e a Europa não podiam logicamente esperar que o Brasil realizasse o milagre de lhes suprir café por 1/3 do preço que estavam habituados a pagar e, ao *mesmo tempo,* obter as divisas necessárias para o serviço de sua dívida externa.

Quase 10 anos depois do fim da II Guerra, passou novamente o café por graves vicissitudes. A coincidência em 1953 de uma forte geada que causou grandes danos às lavouras de café, com a Guerra da Coréia e o temor de uma terceira guerra mundial, levaram as cotações do café em Nova Iorque a mais de 50 centavos por libra-peso. Especulações em torno dessa alta, às quais não foi estranho o Governo do Brasil através do Instituto do Café e do Banco do Brasil, chegaram a alçar o preço a 86 centavos, o que teve efeitos catastróficos no mercado americano de café, não só pela retração violenta do consumo, como pelos desastres financeiros a que deu posteriormente lugar a necessidade imperativa de fazer baixar aquele preço, primeiro de 86 para 72 centavos e depois (já na minha gestão no Ministério da Fazenda) de 72 para 58 e menos cents. No ano de 1954, em que me coube a direção das finanças do Brasil, as exportações de café para os Estados Unidos caíram da média de 10 milhões de sacas para pouco mais de cinco milhões. Meses houve em que o Brasil não exportava US$ 35 milhões!

A partir de 1956, com o esgotamento dos estoques no exterior e os preços mais acessíveis, a situação foi-se restabelecendo e a do café era até poucos meses atrás bastante favorável sob o regime dos Acordos Internacionais de café firmados em Londres, do qual participam produtores e consumidores e em que são fixadas as cotas de exportação de cada país e os preços médios.

No momento, a invasão da "ferrugem" e o advento de geadas no Sul do País fazem caminhar o mundo do café para uma situação de escassez do produto.

2. A industrialização de pós-guerra, substitutiva das importações

Quando da Revolução de 1930, o câmbio encontrava-se a taxa de Cr$ 8,3 por dólar. As vicissitudes da Grande Depressão fizeram com que em 1939, ao se restabelecer, de certo modo, a normalidade econômica, o Governo fixasse o câmbio do dólar na taxa de Cr$ 18,72.

A forte demanda de produtos brasileiros durante a II Guerra, conjugada com as grandes dificuldades de importar, elevou nossas reservas para cerca de US$ 700 milhões em 1945, dos quais US$ 350 milhões em ouro, US$ 262 milhões em esterlinos e o resto em dólares e outras moedas.

Essas reservas esvaíram-se entretanto rapidamente: a) porque a Inglaterra não estava em condições de saldar sua dívida de US$ 262 milhões; b) porque os preços subiram nos Estados Unidos do índice 43 (1957/59 = 100) em 1940 para 81,2 em 1947, de modo a reduzir a cerca de metade o poder aquisitivo das reservas acumuladas pelo Brasil durante a guerra.

Não obstante, a mais intensa fase de industrialização brasileira substitutiva das importações situou-se entre 1950/1962.

Como? Com que recursos? é o caso de perguntar. *Em menor parte e a princípio* (1950 a 1953), com um intenso racionamento cambial, restringindo-se as importações às mercadorias de consumo essenciais, trigo, petróleo e pouco mais e *à maquinaria e equipamento,* à taxa especialmente vantajosa de Cr$ 18,72. Subseqüentemente (1956/62) a um enorme endividamento no exterior, como se verá a seguir.

Enquanto que o índice do produto nacional bruto cresceu (em termos reais) de 100 em 1949 para 211 em 1963, o de produção industrial subiu de 100 para 318, ao passo que o da agricultura foi apenas de 100 a 178.[1]

O grau de substituição de mercadorias importadas pelas de produção doméstica configura-se na tabela 1.

TABELA 1

Porcentagem da distribuição das importações por categorias

(1948-1961)

ANO	Duráveis	Não duráveis	Combustíveis e lubrificantes	Matérias-primas e produtos intermediários	Bens de capital	Total
1948	9,8	7,5	13,0	30,4	39,3	100,0
1949	8,2	7,4	13,4	34,3	36,7	100,0
1950	6,4	7,0	13,7	35,9	37,0	100,0
1951	9,3	6,6	11,4	31,9	40,8	100,0
1952	6,0	6,8	13,1	28,2	45,9	100,0
1953	2,1	7,4	20,1	38,4	32,0	100,0
1954	2,6	6,4	18,3	42,3	30,4	100,0
1955	1,7	7,6	22,8	40,7	27,2	100,0
1956	1,7	7,9	24,6	39,3	26,5	100,0
1957	1,9	6,4	19,0	35,6	37,1	100,0
1958	2,1	4,7	21,7	33,2	38,3	100,0
1959	2,0	4,3	16,3	32,7	41,7	100,0
1960	1,4	5,6	22,2	37,4	33,4	100,0
1961	1,2	6,2	22,7	38,3	31,6	100,0

Fonte: CEPAL. *Economic Bulletin of Latin America*, Maio, 1964.

A importação de mercadorias não duráveis de consumo baixou de 7,5% para 5% ou 6%, enquanto a dos bens de consumo duráveis caiu precipitadamente de 9,8% a 1,2% e a de bens de capital, de 39,3% para 31,6%.

[1] *Revista Brasileira de Economia*, mar. 1966.

No tocante a equipamento (ver tabela 2), a importação caiu de 24% em 1947 para 15,6% em 1959, enquanto a produção doméstica subia de 29,9% para 46,8%.

TABELA 2

Formação de capital fixo — 1947/1959

(Em porcentagem)

ANO	Total	Construção	EQUIPAMENTOS		
			Importação	Produção doméstica	Total
1947	100,0	46,1	24,0	29,9	53,9
1948	100,0	42,3	22,3	35,4	57,7
1949	100,0	40,6	20,4	39,0	59,4
1950	100,0	38,1	18,2	43,7	61,9
1951	100,0	37,8	21,8	40,4	62,2
1952	100,0	38,8	21,3	39,9	61,2
1953	100,0	42,8	13,5	43,7	57,2
1954	100,0	35,8	17,9	46,3	64,2
1955	100,0	37,2	15,0	47,8	62,8
1956	100,0	33,1	13,8	53,1	66,9
1957	100,0	34,9	19,4	45,7	65,1
1958	100,0	37,3	17,3	45,4	62,7
1959	100,0	37,6	15,6	46,8	62,4

Fonte: Instituto Brasileiro de Economia, Fundação Getulio Vargas.

Em alguns casos, como o de bens duráveis de consumo, as importações quase cessaram inteiramente. Neste e em outros ramos, as possibilidades de novas substituições estão praticamente esgotadas. O desenvolvimento agora depende da exportação.

Pode-se *dizer que a industrialização brasileira não foi planejada. Cresceu por uma série de circunstâncias.* A princípio, surgiu do controle cambial e da preferência especial dada à importação de maquinaria e equipamento. Esse controle foi estabelecido em junho de 1947 e permaneceu em sua forma original até janeiro de 1953. Durante todo esse tempo, a taxa de câmbio foi mantida em Cr$ 18,70 por dólar, apesar de ter havido durante o período uma alta do custo de vida de 67%; as importações eram controladas pela concessão de "licenças".

Com o advento da Guerra da Coréia e o receio de que se tornasse uma nova guerra mundial, a demanda de importações, por quaisquer meios, ultrapassou de muito as disponibilidades de divisas. De 950 milhões de dólares em 1949, cresceram as importações para 1.703 milhões em 1951 e 1.702 milhões em 1952. Grande parte dessas importações acrescidas consistiram em maquinaria industrial e equipamento.

Esse período marcou o início da industrialização.

Em outubro de 1953, foi estabelecido um regime cambial de leilão de divisas, mas com uma categoria especial, chamada de "taxa oficial" em que se incluíam os "equipamentos considerados necessários para o desenvolvimento econômico". Esta taxa continuou sendo de Cr$ 18,72 por dólar,

enquanto a taxa do mercado livre, criada em janeiro de 1953, já era de Cr$ 43,32.

As importações em 1953 caíram de US$ 1.073 e US$ 1.702 milhões em 1951 e 1952 para US$ 1.116. O deficit do balanço de pagamentos também caiu de US$ 468 e US$ 707 milhões em 1951 e 1952 para US$ 31 milhões.

Mas os *atrasados*, e dívidas deixadas pelo Governo Vargas de 1951 e 1952, eram consideráveis. Um empréstimo de US$ 300 milhões concedido pelo EXIMBANK ao fim do Governo Vargas e outro de US$ 200 milhões dado sob garantia das reservas-ouro em 1954 não foram suficientes para liquidar os compromissos. Em 1954 e 1955, o Brasil achava-se nas maiores aperturas cambiais ao mesmo tempo que a alta excessiva e especulativa do preço do café fizera com que os Estados Unidos quase paralisassem suas compras desse produto. De outro lado, o processo de industrialização padecia então da hostilidade que se organizara contra os "investimentos estrangeiros diretos", isto é, independentes de câmbio. Uma licença para tal investimento tinha de atravessar os obstáculos: a) de uma Comissão de Desenvolvimento Industrial; b) de uma Comissão CIFER, que determinava as taxas cambiais aplicáveis, e finalmente do Conselho da SUMOC, numa *via crucis* que poucas empresas conseguiram transpor.

Foi quando o Governo Café Filho expediu a Instrução nº 113 que, sem conceder favor ou vantagem de qualquer espécie aos investimentos diretos, removia os obstáculos burocráticos com que eles se defrontavam. Vários investimentos diretos processaram-se então, notadamente os da Mercedes-Benz, Volkswagen, Dunlop e outros.

A Instrução nº 113 foi consolidada, com algumas modificações, pelo Decreto nº 42.820, já no Governo Kubitschek.

Os investimentos diretos realizados no regime da Instrução nº 113 foram os seguintes: (ver tabela 3).

TABELA 3

Investimentos financeiros feitos na base da Instrução n.º 113

1955	$ 31.315	1958	$ 82.504
1956	$ 55.793	1959	$ 65.844
1957	$ 108.184	1960	$ 106.823

Fonte: *Boletim* da SUMOC, maio, 1961.
Tabela 5.1.

Tais investimentos diretos não importavam em qualquer adição às responsabilidades cambiais assumidas em 1951, 1952 e 1953. Contudo, alguns grupos de industriais brasileiros acusavam a Instrução nº 113 de discriminatória contra eles, entendendo que aqueles que desejassem investir diretamente no Brasil deveriam ser obrigados a remeter primeiramente o dinheiro e depois requerer a concessão de câmbio pelos canais competentes. O que equivalia a afastar os investimentos de capital estrangeiro, já que ninguém se sujeitaria a uma punição cambial para ter o especial privilégio de investir no Brasil sem concessão ou favor de qualquer natureza.

Com base nessas alegações e com o ressurgimento das vendas de café em 1956, primeiro ano do Governo Kubitschek, foram novamente concedidas às indústrias as vantagens especiais de que se haviam beneficiado em

1951/1953. *Por meio da concessão de câmbio de custo* para a importação de máquinas e equipamentos e *garantia de suprimentos de câmbio* para os *suppliers credits,* com pagamentos parcelados, entre três e sete anos. Esse "câmbio de custo" era o da taxa paga aos exportadores de café. Entre 1955 e 1960, o volume desse financiamento a câmbio de custo foi:

TABELA 4
Financiamento a câmbio de custo
(1955-1960)
(em milhares de dólares)

1955	US$ 80.000	1958	US$ 396.987
1956	US$ 253.000	1959	US$ 326.801
1957	US$ 260.505	1960	US$ 242.051
			Total: 1.559.344

Pode-se calcular a vantagem correspondente a essa concessão de "câmbio de custo", comparando suas taxas (às vezes acrescidas de sobretaxas) com as taxas do mercado livre.

TABELA 5
Diferenças entre as taxas do mercado e as de câmbio de custo mais sobretaxas

ANOS	Taxa do mercado	Custo de câmbio	Mais sobretaxas	Diferenças
1955	73,54	23 — 3 — 55	33,82	39,72
1956	75,67	— — — — —	33,82	41,85
1957	130,00	12 — 9 — 57	43,83	86,18
1958	130,00	9 — 5 — 58	51,82	78,18
1959	130,00	3 — 10 — 58	70,00	60,00
1960	199,26	31 — 12 — 60	100,00	99,26

Estes algarismos mostram que, no período 1955/60, *cerca de metade* do valor dos equipamentos e maquinaria importados pela indústria foi paga pela Nação.

Multiplicando os valores em dólares das importações feitas sob esse regime pelas diferenças de taxa indicadas, têm-se os valores dessas vantagens expressas em cruzeiros, auferidas pelos importadores:

TABELA 6

ANO	Milhares de dólares	Diferença	Total (Cr$ milhões)
1955	US$ 80.000	x Cr$ 39,72	3.178
1956	US$ 253.000	x Cr$ 41,85	10.88
1957	US$ 260.505	x Cr$ (86,18)	22.493
1958	US$ 396.987	x Cr$ (60.000)	27.479
1959	US$ 326.801	x Cr$ 80.000	26.104
1960	US$ 242.051	x Cr$ 100.000	24.021

Para ter o valor do benefício em dólares basta dividir os algarismos da tabela 6 pelas taxas de câmbio do mercado livre.

TABELA 7

Subvenção à indústria

(em bilhões de cruzeiros, e milhões de dólares à taxa do mercado)

1955	Cr$ 3.178	US$ 43,2	1958	Cr$ 27.429	US$ 211,0
1956	Cr$ 10.588	US$ 139,9	1959	Cr$ 26.104	US$ 163,2
1957	Cr$ 22.493	US$ 172,7	1960	Cr$ 24.021	US$ 120,6
			Total		US$ 850,6

A esses US$ 850 milhões importa acrescentar o benefício relativo aos anos de 1951/53, em que se mantinha a taxa artificial de Cr$ 18,72 por dólar, quando o índice do custo de vida já subira de 67% sobre o ano de base.

Foi, portanto, de *mais de um bilhão de dólares* a importância da contribuição dada pela Nação, consumidores, agricultores etc., ao aparelhamento da indústria.

Assim se completou praticamente o processo de substituição das importações industriais pela produção nacional.

Este fato tem sido considerado e exaltado pela opinião nacional não só como uma vitória da tão almejada "independência econômica", mas também como a demonstração de termos saído do rol dos países pobres e subdesenvolvidos, como tais caracterizados os que exportam produtos primários e importam manufaturas, para ingressarmos no rol dos países economicamente desenvolvidos.

Essa conclusão é, entretanto, apressada e carecedora de sérios reparos. Ela não atenta, preliminarmente, para a avaliação e apreciação do grau de enriquecimento que tal transformação e tal mudança de categoria econômica deveriam ter proporcionado ao País.

O desenvolvimento econômico de um país mede-se pelas contas de seu produto nacional, em cômputo global ou *per capita*. Se alinharmos os algarismos da taxa de incremento do produto real de 1947 a 1965, como indicados, a seguir, neles não encontramos qualquer confirmação das conclusões tão otimistas dos que tinham ou têm a industrialização, a *qualquer preço*, como índice de prosperidade e de riqueza.

TABELA 8

Taxa de incremento do produto real

1947	—	1957	6,9
1948	6,5	1958	6,6
1949	5,6	1959	7,3
1950	5,0	1960	6,7
1951	5,1	1961	7,3
1952	5,6	1962	5,4
1953	3,2	1963	1,6
1954	7,7	1964	3,1
1955	6,8	1965	4,7
1956	1,9		

Fonte: *Revista Brasileira de Economia*, mar. 1966.

Não se encontra nesses algarismos qualquer correlação viável entre o processo de industrialização e o incremento do produto nacional. As taxas de 1949 a 1955 são da mesma ordem de grandeza do que as do período 1957/1965, ou mesmo 1957/1961. A igual conclusão conduz o exame das cifras da tabela 9.

TABELA 9

Formação bruta de capital fixo
(em bilhões de cruzeiros de 1953)

1951	63,6	1956	66,5	1961	103,3
1952	67,6	1957	74,6	1962	101,4
1953	55,8	1958	79,1		
1954	69,1	1959	87,7	1963	103,2
1955	61,7	1960	94,5	1964	92,3

Também se encontra nos algarismos da formação bruta de capital fixo melhor correlação entre a industrialização e a formação de capital. O aumento que se observa durante o período é praticamente proporcional aos valores do produto nacional.

Se a proteção aduaneira fosse suficiente para garantir o desenvolvimento econômico, tudo seria muito simples. Seria mesmo surpreendente que o problema já não tivesse sido resolvido na maioria dos países subdesenvolvidos, pois o protecionismo não lhes tem faltado.

As transações do País com o exterior repercutem sobre as contas da renda nacional através de seu item Saldo do balanço de pagamentos em conta-corrente, a saber, aquilo que, pelas transações do ano, a Nação ficou devendo ao exterior (deficit) ou, ao contrário, de que ficou credora do exterior. (Ver tabela 10.)

TABELA 10

Saldos ou deficits do balanço de pagamentos em conta-corrente
(milhões de US$)

1948	− 44	1957	− 299
1949	− 121	1958	− 266
1950	+ 104	1959	− 345
1951	− 470	1960	− 548
1952	− 709	1961	− 288
1953	+ 17	1962	− 462
1954	− 235	1963	− 147
1955	− 34	1964	+ 102
1956	+ 7	1965	+ 263
		1966	+ 12

Vê-se que os grandes deficits ocorrem nos anos de 1951 e 1952 em que nos endividamos desabusadamente (mantendo taxa de câmbio artificialmente baixa) e nos anos "juscelínicos" de 1957 a 1961.

Importa entender que o efeito da industrialização substitutiva de importações sobre o produto nacional é, de um lado, adicionar a esse produto o valor da mão-de-obra (trabalho) e dos juros do capital investido. No

caso, seria o valor maior da mão-de-obra industrial em comparação com o da produção agrícola que se teria realizado; quanto aos juros do capital, eles seriam adicionados ao produto se esse capital tivesse sido pago, pois, de outra forma, ele teria sido remetido, em prestações, para o estrangeiro.

Mais, importa, *de outro lado,* subtrair do valor adicional assim calculado dos itens Trabalho e Capital (se houver) a *perda de poder de compra real sofrida pelos consumidores* do produto, em virtude dos preços mais altos que têm de pagar. E se essa diferença for substancial, pode perfeitamente acontecer que o resultado seja negativo, em vez de positivo, para o produto.

Se um produtor de café passa a pagar 100 sacas de café tipo X por um trator que antes, importado, custava-lhe 50 sacas, isto representa uma piora e não uma melhoria de seu padrão de vida. Se um agricultor de arroz paga mil sacas por um equipamento de arado e grades mecânicas que antes lhe custava 500 sacas, ele não está, de certo, melhorando sua situação econômica. Se o homem da rua tem de pagar por um Volkswagen 2.500 dólares quando antes o importava por 1.200, essa diferença tem de ser subtraída do produto nacional do País em que se incluiu o valor desse automóvel por seu preço de venda.

Que progresso e que melhoria do padrão de vida é esse em que o consumidor ou o agricultor tem de pagar (em moeda de valor constante) duas vezes mais do que pagava por um trator, um automóvel ou uma geladeira?

Isto tudo deve avivar a memória dos industriais e do Governo da Nação para o fato inelutável de que a proteção aduaneira, que serve de base à indústria substitutiva de importações, só é aceitável e recomendável quando temporária.

Não estamos aqui apurando as responsabilidades pelos preços tão elevados dos produtos da indústria nacional, nem se é o industrial que peca por improdutividade ou incapacidade ou se é o Governo, pelos juros excessivos, ou pela precariedade ou carestia dos transportes.

Adiante trataremos da chamada Redenção da Indústria Nacional e das exportações industriais.

3. Inflação de pós-guerra

Durante os primeiros anos da Grande Depressão (1930/36), malgrado substancial aumento dos meios de pagamento, os preços não subiram apreciavelmente por motivo da depressão em que se encontrava o País. De 1936 a 1941 a elevação dos preços foi moderada. Pode-se dizer que a inflação brasileira de pós-guerra data de 1941; o custo de vida subiu do índice 107 em 1940 (1938 = 100) para 190 em 1945, numa razão de 10% a 20% ao ano.

A inflação prosseguiu mais ou menos neste compasso até 1959, quando as extravagâncias e desperdícios da administração Kubitschek elevaram o ritmo inflacionário a 30% e 40% ao ano. No Governo João Goulart subiu a 50% em 1962, a mais de 60% em 1963 e a um ritmo de 140% no primeiro trimestre de 1964, quando teve lugar a Revolução.

Tomando 1953 = 100, o comportamento do custo de vida e a evolução dos meios de pagamento foram os constantes das tabelas 11 e 12.

TABELA 11

Custo de vida na Guanabara

ANO	Índice Dezembro	Aumento anual porcentagem	ANO	Índice Dezembro	Aumento anual porcentagem
1947	56,7	6,0	1957	224,0	13,4
1948	58,7	3,5	1958	262,7	17,3
1949	62,2	6,0	1959	399,4	52,0
1950	69,1	11,1	1960	494,3	23,8
1951	76,6	10,9	1961	707,7	43,2
1952	92,5	20,8	1962	1.099,0	55,3
1953	108,0	16,8	1963	1.985,0	80,6
1954	136,3	26,2	1964	3.704,0	86,0
1955	162,4	19,1	1965	5.385,0	45,0
1956	197,6	21,7	1966	7.600,0	41,0

Fonte: Fundação Getulio Vargas.

TABELA 12

Meios de pagamento

ANO	Milhões de Cr$	Aumento de porcentagem	ANO	Milhões de Cr$	Aumento de porcentagem
1947	46.538	—	1957	290.938	33,9
1948	50.063	7,6	1958	333.138	21,4
1949	58.265	16,4	1959	500.572	41,7
1950	78.322	34,4	1960	692.032	38,2
1951	90.749	15,1	1961	1.041.842	50,5
1952	104.052	14,8	1962	1.702.305	63,4
1953	124.069	19,1	1963	2.792.183	64,0
1954	151.474	22,1	1964	5.191.000	85,9
1955	177.922	17,4	1965	9.104.000	75,4
1956	217.283	22,1	1966	10.815.000	18,8

Sobre a origem dessa inflação, publicou a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) um trabalho em que sustentava a tese de que "por motivos estruturais" a inflação na América Latina difere da que ocorre nos países desenvolvidos. O principal argumento "estruturalista" era o de que o desenvolvimento econômico dá lugar à alteração nos preços relativos por motivo da transformação estrutural do sistema econômico.

Basicamente o fenômeno da inflação é o mesmo em toda parte; resulta de uma demanda excessiva em relação à oferta global dentro do sistema. A única característica "estrutural" que de fato pode contribuir para agravar a inflação nos países subdesenvolvidos é a da inelasticidade da oferta. Nos países desenvolvidos a indústria não opera normalmente a 100% de sua capacidade, de sorte que o impacto da demanda adicional pode ser compensado pelo aumento da produção. Ao passo que nos países subdesenvolvidos, devido a escassez de capital, é raro encontrar-se capacidade ociosa na indústria, no sistema de transportes ou na produção de energia. A produção agrícola também não é elástica. Daí o fato de serem os países subdesenvolvidos um tanto mais vulneráveis à inflação do que os desenvolvidos.

A origem principal da inflação brasileira de 1956 em diante foi, como se vê da tabela 13, o excesso de despesa do Governo federal sobre sua receita. Só o custo da construção de Brasília é estimado, em seu período inicial, em cerca de um bilhão de dólares.

TABELA 13
Receitas, despesas e deficits de caixa
Em percentagens do PNB

ANO	Gastos em milhões de Cr$	Receitas em milhões de Cr$	Deficit milhões de Cr$	PNB em milhões de Cr$	Gastos percentuais de PNB	Deficit, percentual s/ PNB
1954	50,5	46,5	4,0	552,2	9,1	0,7
1955	61,4	55,7	7,7	691,7	8,9	0,8
1956	93,4	74,1	19,3	884,4	10,6	2,2
1957	126,7	85,8	40,9	1.056,6	12,0	3,9
1958	146,2	117,8	28,4	1.310,0	11,2	2,2
1959	211,5	157,8	53,7	1.788,9	11,8	3,0
1960	297,5	219,8	77,7	2.385,6	12,5	3,3
1961	447,9	317,5	130,4	3.522,0	12,7	3,7
1962	778,7	497,8	280,9	5.586,8	13,9	5,0
1963	1.435,0	930,8	504,7	9.847,0	14,6	5,1

Quanto às duas outras causas da inflação — expansão de crédito e expansão salarial — pode-se dizer que resultaram do substancial aumento de meios de pagamento criados para atender às despesas governamentais. Na realidade o crédito bancário em termos reais ficou praticamente estacionário de 1951 a 1964, como se vê da tabela 14 a seguir:

TABELA 14
Crédito bancário em termos reais (Cr$ milhões)

ANO	Empréstimos nominais	Preços p/ atacado	Empréstimos reais	Preços p/ atacado*	Empréstimos reais
1951	85.647	79	108.414	77	111.230
1952	102.279	87	117.562	87	117.562
1953	120.360	100	120.360	100	120.360
1954	152.194	130	117.072	126	120.789
1955	171.405	147	116.602	149	115.037
1956	205.449	175	117.399	182	112.884
1957	254.509	197	129.192	208	122.369
1958	311.577	221	140.985	238	130.915
1959	400.839	305	131.423	340	117.894
1960	565.044	399	141.615	447	126.408
1961	781.422	552	141.562	627	124.629
1962	1.254.472	846	148.283	941	133.313
1963	1.945.848	1.468	132.551	1.660	117.220
1964	3.666.592	2.813	130.345	3.010	121.814

Fonte: *Conjuntura Econômica*, n: 7. 1969. Retrospecto.
* Exclusive café.

Quanto aos aumentos de salários, eles processaram-se paralelamente aos aumentos do custo de vida resultantes das emissões para atender aos deficits do Governo federal (com exceção do aumento promovido em 1954 pela demagogia de João Goulart, em que o salário-mínimo foi aumentado, de uma só vez, em 100%).

Na realidade a influência demagógica de João Goulart fez-se sentir bem antes de ele atingir a Presidência. Tanto na Administração Vargas como na Kubitschek, Goulart prosseguiu em sua política pessoal de procurar obter o apoio dos setores trabalhistas com o qual contava para o domínio político. Goulart dava especial preferência aos setores capazes de controlar a atividade econômica do País como um todo: petróleo (Petrobrás), transporte ferroviário, portuário e marítimo, o que lhe permitiria paralisar os transportes e o suprimento de combustíveis líquidos, inclusive às Forças Armadas. Nesses setores, Goulart aumentou os salários para o dobro; ou mais, dos que vigoravam em atividades similares de outros setores.

Até que o primeiro governo da Revolução de 1964 conseguisse fazer baixar a taxa de inflação a cerca de 25%, e ao mesmo tempo introduzisse a correção monetária para uma série de itens essenciais do sistema econômico, os prejuízos e distorções causados à economia brasileira foram muito sérios. Os lucros em cruzeiros depreciados eram comparados com o capital expresso em cruzeiros de valor histórico, de sorte que o imposto de renda incidia sobre "lucros extraordinários" inteiramente ilusórios; a depreciação do capital calculada sobre os valores históricos era outra fonte de distorção. A restauração econômica das empresas, mesmo depois da introdução das correções monetárias, só agora se está completando.

Contudo não se pode deixar de assinalar o sucesso que tiveram as medidas de correção inflacionária, espécie de institucionalização parcial da inflação, que fizeram com que o Brasil fosse talvez o primeiro exemplo de desenvolvimento econômico satisfatório dentro de uma economia atingida pela inflação.

O primeiro governo da Revolução procurou corrigir as múltiplas e fortes distorções causadas à economia do País pelo regime da demagogia inflacionária. Especialmente a desorganização e ineficiência nos setores de energia elétrica, das estradas de ferro, da navegação, dos telefones e de outros serviços de utilidade pública, que haviam sofrido da falta de reajustamento tarifário durante cerca de 10 anos de regime inflacionário.

O combate à inflação no primeiro governo da Revolução conseguiu reduzir sua taxa a cerca de 25%. O segundo e terceiro governos da Revolução deram prioridade às medidas do desenvolvimento econômico sobre os de combate à inflação. Mantiveram entretanto a inflação sob controle e reduziram seu ritmo a 20% em 1971 e, provavelmente, a 15% em 1972.

4. Nacionalização

O espírito de hostilidade ao capital estrangeiro invertido em algumas importantes empresas de serviços públicos, conjugado com a falta de reajustamento tarifário nesses setores, resultou na encampação e nacionalização de vários desses serviços.

Já em 1941, com a criação da Cia. Siderúrgica Nacional (Volta Redonda), de propriedade do Governo, e em 1947 a 1953, com o estabelecimento do monopólio governamental na exploração do petróleo, iniciou-se o processo de nacionalização de uma parte importante da economia brasileira.

Este processo marcou novo e substancial avanço com a encampação em 1964, pelo Governo, de um grande grupo de empresas de energia elétrica (American and Foreign Power) que passaram a constituir a Eletrobrás. Assim também a encampação da Cia. Telefônica Brasileira, transferindo para o Governo outra parte importante do serviço de comunicações. A substituição dos serviços das companhias estrangeiras de Telegrafia e Telefonia pela EMBRATEL veio completar o quadro de nacionalização nesse setor. Também no setor ferroviário a nacionalização processou-se logo após o fim da II Guerra pela encampação das três grandes companhias ferroviárias inglesas, a São Paulo Railway, a Leopoldina e a Great Western, as quais vieram-se juntar à São Paulo—Rio Grande e à Vitória—Minas, cuja encampação foi legalizada no mesmo período.

Pode-se dizer portanto que no curto espaço de 30 anos (1940-1970), o Brasil transferiu do setor privado para o setor público uma parte considerável da economia nacional.

A seguir dá-se uma idéia desse processo de nacionalização.

TABELA 15
Receita tributária
% do PNB

ANO	Impostos diretos	Impostos indiretos	Total dos impostos
1947	5,1	9,6	14,7
1948	5,1	10,2	15,3
1949	5,2	10,7	15,9
1950	5,3	10,5	15,8
1951	5,8	11,9	17,7
1952	6,1	11,4	17,5
1953	5,8	11,1	16,9
1954	5,6	13,1	18,7
1955	5,9	11,5	17,4
1956	6,2	12,6	18,8
1957	6,4	13,0	19,4
1958	6,4	15,5	21,9
1959	6,4	16,5	22,9
1960	6,2	16,7	22,9

Esta tabela mostra como no período de 1947-1960 a carga tributária passou de 14,7% para 22,9% do produto nacional bruto.

As despesas do Governo no Brasil, tomando por base o ano de 1960, em comparação com outros países, foram as seguintes:

TABELA 16
Despesas do governo
(Porcentagem do PNB)

País	Despesas governamentais porcentagem do PNB
Holanda	36,1
Suécia	34,4
BRASIL	34,4
Grã-Bretanha	32,2
Canadá	30,1
Bélgica	27,6
E U A	26,4
Austrália	24,2
Japão	21,7
Equador	21,3
Costa Rica	18,4

Fonte: *Statistical yearbook*, 1960.

Nota-se que a porcentagem da despesa governamental do Brasil sobre seu PNB, só é igualada pela Holanda e pela Suécia.

Também no que diz com a formação do capital fixo.

TABELA 17
Formação de capital fixo
(Porcentagem do total da formação de capital)

ANO	Setor público	Setor privado
1947	15,8	84,2
1952	26,8	73,2
1957	37,0	63,0
1960	38,4	61,6
1964	34,8	65,2

Fonte: Ministério do Planejamento, 1966.

Donde se vê que a formação do capital fixo pelo setor governamental passou de 15,8% em 1947 para 34,8% em 1964, enquanto o setor privado caía, no mesmo período, de 84,2% para 65,2%.

A mais séria repercussão da nacionalização de uma parte substancial da economia nacional consiste no fato de que as empresas estatais, ao contrário do que acontecia com as empresas privadas, são *direta e pesadamente financiadas pelo consumidor*. A tabela 18 indica as porcentagens sobre o produto interno bruto dos vários "fundos" ou "impostos específicos" cobrados para a sustentação das empresas estatais.

TABELA 18

As porcentagens do produto dessas taxas sobre o PIB são aproximadamente as seguintes:

	1970	% s/o PIB	1971	% s/o PIB
Fundo Nacional de Telecomunicações	175	0,10	261	0,11
Imposto Único sobre Energia Elétrica	450	0,26	619	0,27
Imposto Único sobre Lubrificantes	2.852	1,63	3.565	1,53
Fundo de Marinha Mercante	319	0,18	—	—
Fundo de Reaparelhamento dos Portos	202	0,12	—	—
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	2.532	1,43	3.552	1,51
Plano de Integração Social	200	0,12	—	—
TOTAL		3,84%		

Isto representa um encargo pesado para a economia do País. No caso por exemplo do Fundo Nacional de Telecomunicações a sobrecarga é de 30% (!) sobre a tarifa de Telegrafia e Telefonia interior e exterior, inclusive Telex, radiodifusão etc. O Imposto Único sobre Energia Elétrica é de 47% (!) sobre o valor do kwh para o consumidor particular. O Imposto Único sobre Lubrificantes é de 25% sobre o gás liquefeito, 128% sobre a gasolina, 90% sobre o querosene, 80% sobre o óleo diesel. O Fundo de Marinha Mercante incide por 20% e 15%, respectivamente, sobre os fretes de cabotagem e de navegação internacional. O Fundo de Reaparelhamento dos Portos que incide sobre o movimento de carga geral de importação, é superior a toda despesa portuária, paga pela mercadoria. E assim por diante.

Aí se deve acrescentar, como observa o eminente Sr. Roberto Campos, que as empresas estatais são imunes à falência ao mesmo passo que tratam com bastante desprezo o problema dos custos da produção.

No regime político, ora em vigor, as nomeações para os cargos de direção das empresas estatais raramente recaem sobre homens políticos como no regime anterior e sim, na maioria dos casos, sobre militares aposentados, os quais dificilmente dispõem dos conhecimentos e da experiência indispensáveis para a direção das indústrias.

5. A redenção da indústria nacional e as exportações

Há quase meio século venho combatendo a mentalidade estreita e confinada, que prevalecia até a Revolução de 64 nos meios governamentais e industriais do País, de assegurar à indústria nacional a posição monopolista no mercado interno, garantida pela barreira alfandegária e pela lei do similar nacional.

Era o ranço da mentalidade lusitana dos séculos XVI e XVII, ao tempo em que o arrojo dos navegantes portugueses realizava a façanha do comércio de especiarias com as Índias, que se caracterizava pelos altos preços e pela escassez, que permitia *"reputar a mercadoria"*.

Assim foi que se criou a antinomia entre a mentalidade norte-americana de produzir muito para lucrar pelo volume mais do que pelo preço e o espírito lusitano de *"valorizar a mercadoria"* pela escassez, lucrando no preço muito mais do que no volume.

Minha primeira batalha nesse terreno foi nos anos 20, em que uma indústria de trefilação de cobre montara-se na base de um direito aduaneiro de 20 réis por quilo para vergalhões de cobre de dois ou mais centímetros de diâmetro (matéria-prima que a indústria importava) e 200 réis por quilo, 10 vezes mais portanto, para os de menos de dois centímetros de diâmetro, que eram os tipos correntes do mercado. As indústrias de energia elétrica e de telefones ficavam assim à mercê da indústria nacional de trefilação, que ditava os preços.

Outro caso tão escandaloso foi o de amigos meus que montaram uma indústria de pilhas secas, que nada mais era do que a assemblagem das peças importadas da América (os preços eram até tabelados em função do dólar), sob a proteção eficaz do "similar nacional" e da tarifa aduaneira. E assim por diante.

Em 1945, na Comissão de Planejamento Econômico então criada, tive de enfrentar uma nova onde de monopolismo, caracterizada pelo *horror à concorrência.* O *memorandum* dos grupos interessados exigia "que não se prejudicassem as atividades já em funcionamento com a instalação de novas iniciativas concorrentes".

Essa concorrência abrangia também quaisquer novas iniciativas nacionais.

A fase intensa da industrialização brasileira data dos princípios dos anos 50, no governo Getulio Vargas. Foi como esclareci anteriormente, mais um produto do acaso do que de qualquer programação. Resultou da *combinação da inflação com o câmbio acorrentado.*

Deve-se ao atual Ministro da Fazenda, Sr. Delfim Netto, a maior campanha já feita neste País em prol da expansão das exportações brasileiras de produtos manufaturados. O valor dessas exportações passou de US$ 16 milhões em 1950 e US$ 24 milhões em 1960 para US$ 97 milhões em 1966, US$ 143 milhões em 1967, US$ 130 milhões em 1968, US$ 182 milhões em 1969 e US$ 307 milhões em 1970.

No banquete que a indústria elétrica e eletrônica ofereceu em São Paulo a seus associados, disse o Ministro da Fazenda, aos industriais, que é mais conveniente para eles uma política de preços consentânea com a realidade do que uma proteção aduaneira exagerada que o Governo federal não está, de forma alguma, disposto a conceder. Acrescentou que é propósito do Governo cooperar para que a indústria nacional desenvolva sua capacidade de competição no mercado interno como no mercado internacional e que a indústria nacional deve competir agressivamente no mercado externo.

Também o Ministro Reis Veloso disse: "Vamos baixar, quando necessário, as tarifas; vamos expor as empresas à competição sadia."

Como estamos longe do *"horror à concorrência"!*

Dando início à sua política redentora, acaba o Governo de baixar o Decreto-lei nº 1.137, em que se criam (art. 1º) os seguintes *incentivos fiscais:* a) isenção de direitos aduaneiros para equipamentos, máquinas, aparelhos etc., sem similar nacional; b) isenção do imposto sobre produtos

industrializados para os bens mencionados na alínea supra; c) crédito ao comprador de "equipamento nacional", do valor do imposto sobre produtos industrializados; d) apoio financeiro preferencial ... e registro do financiamento ou do investimento estrangeiro; e) exame de alteração de alíquotas aduaneiras ... etc.

Acreditamos, diante da declaração feita pelo Ministro Delfim no banquete de São Paulo, que o Governo dará seu apoio à *revogação da lei do similar nacional, recomendada pelo presidente da Confederação Nacional da Indústria.* Sugere o ilustre Sr. Tomás Pompeu, um programa de quatro pontos que merece o mais decidido apoio do Governo: a) eliminação das incidências do IPI e do ICM sobre os bens de capital; b) revogação da lei do similar nacional; c) uniformização das tarifas aduaneiras sobre importação de bens de capital em 15% no máximo; d) criação, com recursos do PIS, de um fundo para financiamento a longo prazo de máquinas e equipamentos de fabricação nacional, em condições e juros competitivos com os do mercado internacional.

Será uma importante etapa, um *turning point* na história do desenvolvimento econômico do Brasil.

A isenção de impostos indiretos sobre bens de capital de fabricação nacional significa apenas conceder-lhes aquilo de que já gozam os bens de capital estrangeiros em seus respectivos países, para a exportação.

A lei de similar nacional corresponde a uma tarifa aduaneira "igual ao infinito" para a importação de maquinaria e equipamento estrangeiro com similar nacional. Na prática seu funcionamento é, sabidamente, precário.

A falta de financiamento a longo prazo para os compradores de equipamentos de fabricação nacional constitui, como escreve o eminente Professor Mario Henrique Simonsen, "uma das mais graves lacunas do mercado brasileiro de capitais". "Os recursos do Plano de Integração Social poderão desenvolver no setor industrial, o que o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço propiciou ao setor habitacional", escreve o Professor Simonsen.

Estes recursos a prazo mais longo poderiam ser objeto de repasse aos Bancos de Investimento, complementando o que ora se faz com os do FINAME.

O conjunto de medidas representará, a meu ver, uma verdadeira *revolução industrial* e figurará com grande destaque, no rol dos serviços prestados à Nação pelo Governo do Presidente Médici.

DEMOGRAFIA
Y ECONOMIA
Redactores

Vol. V Núm. 3 (15) 1971

ARTICULOS

DEMOGRAFIA Y ECONOMIA se publica tres veces al año.
Redacción y administración:
El Colegio de México, Guanajuato 125, México 7, D. F.
Precio del ejemplar: México $25.00; Extranjero, Dls. 2.50
Subscripción anual: México, $60.00; Extranjero, Dls. 6.00